

LEITURAS DE ÉMILE BENVENISTE

Organizadores:
Heloisa Monteiro Rosário
Sara Luiza Hoff
Valdir do Nascimento Flores

2022

1ª edição

Porto Alegre

editora
ZO
UK

Conselho Editorial

Cristiane Tavares – Instituto Vera Cruz/SP
Daniela Mussi – UFRJ
Idalice Ribeiro Silva Lima – UFTM
Joanna Burigo – Emancipa mulher
Leonardo Antunes – UFRGS
Lucia Tennina – UBA
Luis Augusto Campos – UERJ
Luis Felipe Miguel – UnB
Maria Amelia Bulhões – UFRGS
Regina Dalcastagnè – UnB
Regina Zilberman – UFRGS
Renato Ortiz – Unicamp
Ricardo Timm de Souza – PUCRS
Rodrigo Saballa de Carvalho – UFRGS
Rosana Pinheiro Machado – Universidade de Bath/UK
Susana Rangel – UFRGS
Winnie Bueno – Winnieteca

2022 © Heloisa Monteiro Rosário; Sara Luiza Hoff e Valdir do
Nascimento Flores

Projeto gráfico e edição: Editora Zouk

Revisão: Tatiana Tanaka

Capa: Heloisa Monteiro Rosário

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
de acordo com ISBD
Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410**

L533

Leituras de Émile Benveniste [recurso eletrônico] : estudos sobre
literatura brasileira moderna / organizado por Heloisa Monteiro Rosário,
Sara Luiza Hoff, Valdir do Nascimento Flores. - Porto Alegre : Zouk, 2022.
212 p. ; ePUB.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5778-096-1 (Ebook)

1. Linguística. I. Rosário, Heloisa Monteiro. II. Hoff, Sara Luiza. III.
Flores, Valdir do Nascimento. IV. Título.

2023-132

CDD 410

CDU 81'1

Índice para catálogo sistemático:

1. Linguística 410
2. Linguística 81'1



direitos desta edição reservados à

Editora Zouk

Av. Cristóvão Colombo, 1343 sl. 203

90560-004 – Floresta – Porto Alegre – RS – Brasil

f. 51. 3024.7554

www.editorazouk.com.br

II - Os contornos da noção de *não pessoa* na teorização de Émile Benveniste

Carolina Knack (UFRGS)
carolinaknack@gmail.com

1. Introdução

O presente trabalho, de natureza teórico-conceitual, tem como objetivo geral explorar os contornos da noção de *não pessoa* na teorização de Émile Benveniste. Tal objetivo não se reveste de ineditismo: diferentes estudos já se debruçaram sobre essa categoria, explorando especialmente a reflexão enunciativa de Benveniste, como Bressan (2003), Weigert (2004) e Flores *et al.* (2008). Esses estudos demonstraram não só o lugar da não pessoa no quadro enunciativo, mas também possibilidades analíticas a partir da descrição de usos linguísticos.

Diante disso, caberia nos perguntarmos: o que ainda se pode dizer sobre a categoria de não pessoa que possa fomentar alguma discussão num momento em que caminhamos a passos largos na (re)leitura de textos do linguista, buscando neles vislumbrar novos horizontes? Talvez uma resposta possa ser formulada levando em conta justamente essa ideia de *caminhar a passos largos*. Considero que a recepção atual da obra benvenistiana no Brasil enseja retornar aos textos clássicos do autor e, por meio deles, às bases fundantes do seu pensamento, o que, em certa medida, permite (re)discutir aquilo que é tido como *já dado*, como *evidente* na reflexão do linguista. No conjunto dessas *evidências*, penso encontrar a categoria de *não pessoa*.

Certamente, os leitores mais conhecedores da obra benvenistiana não hesitariam em conceituar a categoria de não pessoa, o que, de algum modo, mostra-nos que i) essa categoria teria, ao menos, uma definição explícita e que ii) essa noção assumiria certa “estabilidade” na teorização do autor.

De fato, Benveniste define a não pessoa, pela primeira vez, no clássico artigo “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (2005 [1946]). Nesse artigo, ele propõe reexaminar a tradicional categoria de pessoa, herdada da gramática grega, buscando compreender como e por quais princípios as pessoas se

opõem, o que o leva à proposição da categoria de não pessoa, à sua definição e ao registro de suas propriedades.¹

Comumente, as definições de *não pessoa* em relação a *pessoa* e outras categorias são utilizadas para contextualizar as bases da reflexão enunciativa de Benveniste. Flores (2013) inclusive situa a distinção *pessoa/não pessoa* como o cerne do primeiro momento temático da teorização enunciativa, destacando a pertinência desse par conceitual como fundamento da reflexão linguística acerca da subjetividade. Considero que essa discussão já está, em alguma medida, bem assentada entre nós. Tomo, por isso, o artigo “Estrutura das relações de pessoa no verbo” como um ponto de partida, mas nele não me detenho no presente trabalho. Importa lembrar, por ora, que, buscando averiguar o que distingue as duas primeiras pessoas da terceira, Benveniste conclui que elas se opõem como os membros de uma correlação, a qual denomina *correlação de pessoalidade*: *eu* e *tu* apresentam marca de pessoa e *ele*, não. Essa conclusão se assenta no exame de uma grande quantidade de exemplos de variadas línguas e evidencia que a não pessoa é, portanto, uma categoria de linguagem que se manifesta particularmente nas línguas.

A constatação da diferença entre as pessoas é reiterada em outros textos de Benveniste, nos quais ele propõe minuciosas análises intralinguísticas, como em “O antônimo e o pronome em francês moderno” (2006 [1965]). Apesar de integrar a 5ª parte de *Problemas de linguística geral II*, esse artigo não costuma ser citado por pesquisadores em estudos canonicamente considerados enunciativos. Ou seja: embora frequentemente associada à reflexão enunciativa, a categoria de não pessoa comparece em outros textos do linguista não tradicionalmente citados quando se trata de enunciação, o que indica o fato de a categoria integrar, de modo geral, a teoria da linguagem de Benveniste.

Assim, se, em diferentes artigos do autor, é possível perceber a presença da categoria de não pessoa, essa presença parece ser revestida de traços singulares conforme o foco da discussão, o que pode levar a perceber contornos específicos para a noção. Em outras palavras: apesar de haver certa estabilidade nocional em relação à categoria de não pessoa, considero a hipótese de que os contornos da noção de não pessoa são modificados conforme também se modificam as problemáticas da reflexão benvenistiana. Essa é a hipótese de leitura que guia este trabalho.

1 A esse respeito, vale ler Flores (2019), que, em sua recente obra intitulada *Problemas gerais de linguística*, apresenta, em diferentes capítulos, a sua leitura a respeito da categoria de não pessoa, relacionando-a com o *problema* que aborda no capítulo em questão, como em “A linguagem e as línguas” (capítulo 1) e “A língua e a realidade – o mundo da autorreferência” (capítulo 2).

No presente estudo, restrinjo-me a apenas duas problemáticas a fim de abordar tal hipótese: a da análise intralinguística e a do aparelho formal da enunciação. Para cada uma, elejo um artigo de Benveniste como referência a fim de explorar os contornos da noção de não pessoa. Para a primeira, selecionei o artigo “O antônimo e o pronome em francês moderno” (2006 [1965]); para a segunda, obviamente, o artigo “O aparelho formal da enunciação” (2006 [1970]).

Uma particularidade deve, de antemão, ser assinalada. Os dois artigos escolhidos não apresentam ocorrências do termo *não pessoa*. Porém, como pretendo mostrar, a categoria, com seus contornos, é neles evocada. Esses contornos – termo utilizado por Ono (2007) para tratar da noção de *enunciação* em Benveniste – podem ser apreendidos a partir, evidentemente, da relação entre termos, suas noções e diferentes expressões ou noções conexas. Embora meu itinerário de pesquisa seja inspirado no de Ono, advirto que não o realizo com tamanha completude e profundidade como faz a autora quanto à enunciação.

Passemos, então, a cada artigo selecionado, a fim de discutir a hipótese deste trabalho.

2. Os contornos da noção de *não pessoa* via problemática da análise intralinguística em “O antônimo e o pronome em francês moderno”

Para a primeira problemática, a da análise intralinguística, detenho-me no artigo “O antônimo e o pronome em francês moderno”. Por ser este um texto menos lido, opto por apresentar uma breve síntese do raciocínio de Benveniste, considerando a questão que guia meu estudo. Nesse artigo de 1965, Benveniste examina duas séries de pronomes pessoais (*je, tu, il e moi, toi, lui*), investigando a relação entre elas. Segundo ele, trata-se de “uma realidade linguística insuficientemente descrita” (BENVENISTE, 2006, p. 202). Primeiro, então, ele observa a distribuição de *je* e *moi*, descrevendo seu comportamento sintático, suas capacidades combinatórias. Constata que *moi* configura uma categoria análoga ao nome próprio:

À semelhança e à diferença do nome próprio social, MOI é, na instância de discurso, a designação própria [*autique*] daquele que fala: é o seu *nome próprio de locutor*, aquele pelo qual um falante, sempre e somente ele, se refere a si próprio enquanto falante, denominando o outro face a si, TOI, e o de fora do diálogo, LUI. (BENVENISTE, 2006, p. 204, grifos e caixa-alta do autor).

A partir disso, Benveniste passa a explorar as particularidades sintáticas da terceira pessoa, constatando que *lui*, à diferença dos pronomes de 1ª e 2ª pessoa, pertence aos dois paradigmas (pronomes e antônimos). Em seguida, propõe justamente descrever as condições de emprego dos pronomes e antônimos em francês considerando três variáveis: a pessoa, o modo do verbo e a função gramatical da forma pronominal. Antes, porém, sinaliza que

Uma observação preliminar se impõe relativamente ao estatuto de cada uma das três pessoas nas formas pronominais que as representam.

Je é uma pessoa única; *tu* é uma pessoa única, mas *il* representa não importa que sujeito compatível com seu gênero e número, e pode, repetido num mesmo enunciado, remeter a sujeitos diferentes (BENVENISTE, 2006, p. 206, grifos do autor).

Suas análises linguísticas ao longo das 12 páginas seguintes vão mostrar que “Os pronomes de 1ª e 2ª pessoa, de um lado, e os de 3ª pessoa, de outro lado, não obedecem à mesma distribuição” (BENVENISTE, 2006, p. 212), o que evidencia suas funções distintas. O autor assim conclui o texto:

Tudo concorre, então, para ilustrar esta constatação geral de que a **3ª pessoa é fundamentalmente diferente das duas outras em seu ESTATUTO, sua FUNÇÃO e DISTRIBUIÇÃO** de suas formas, e que especialmente nos antônimos e pronomes, o singular e o plural na 3ª pessoa podem nem mesmo ser simétricos. (BENVENISTE, 2006, p. 219, caixa-alta do autor, grifo nosso).

Na palavra *estatuto*, há uma nota de rodapé que encaminha o leitor para o texto “Estrutura das relações de pessoa no verbo”: “Cf. para uma teoria de conjunto BL 543 (1946), fasc. I, p. 1-12 (Problèmes de Linguistique Générale, I, p. 225-236)” (BENVENISTE, 2006, p. 219).

Feita essa breve síntese, é perceptível que o termo *não pessoa* não comparece em nenhuma das citações que recupero do texto de 1965. Isso me leva a conjecturar que, embora o termo *não pessoa* não seja empregado, os contornos da sua noção são desenhados a partir do que o autor constata justamente quanto ao comportamento sintático e às capacidades combinatórias da *3ª pessoa* (este, sim, um termo empregado). São contornos definidos pelas propriedades atinentes ao exame dos pronomes como fenômeno sintático, com foco em suas relações sintagmáticas. De sua função na linguagem, expressa de diferentes modos nas línguas, advém, portanto, o estatuto da não pessoa.

A propriedade de *não pessoalidade* está lá, evocada na comparação com *eu* e *tu*: “*Je* é uma pessoa única; *tu* é uma pessoa única”, mas *ele* “representa

não importa que sujeito compatível com seu gênero e número” (BENVENISTE, 2006, p. 206), ou seja, não tem *unicidade*; *ele* é denominado como “o de fora do diálogo”, ou seja, não tem *inversibilidade*. Não por acaso, há remissão em nota ao texto de 1946 para vermos uma “teoria de conjunto”.

O fato é que a análise miúda que Benveniste faz do funcionamento das séries de pronomes em francês, com meu destaque, neste trabalho, para pontos relacionados à terceira pessoa, acrescenta mais elementos, mais uma *camada nocional* à não pessoa, ou melhor, atualiza pontos sinalizados em “A natureza dos pronomes” (2005 [1956], p. 282, grifo do autor), artigo no qual destaca, mais brevemente, que os pronomes de “[...] terceira pessoa são inteiramente diferentes de *eu* e *tu*, pela sua função e pela sua natureza”; são “substitutos abreviativos”, cumprem função de “representação sintática”.

No artigo de 1965, é justamente esse ponto que é aprofundado, pois há um interesse na *função*, o que se dá a partir do exame da *distribuição* dos pronomes, fato que conduz o autor a problematizar o *estatuto* da categoria e adiciona contornos mais específicos à 3ª pessoa em vista da problemática da análise intralinguística. Isto é, os contornos da noção estão relacionados à problemática na qual a noção se instancia e se desenvolve, e evidentemente, ao artigo em que isso é feito. Bem sabemos que cada texto benvenistiano tem suas particularidades composicionais, teóricas, analíticas, interlocutivas, fato que tem nos levado a ter sempre muito cuidado com o trânsito de termos de um texto para outro. Flores (2013) inclusive chama a atenção para a flutuação terminológica e para os usos homonímicos, polissêmicos e sinonímicos dos termos nos escritos benvenistianos. Em relação à não pessoa, não poderia ser diferente. A cada texto, penso ser possível visualizar *camadas de sentido*, *contornos*, que vão produzir seus efeitos em termos de desdobramentos analíticos.

3. Os contornos da noção de não pessoa via problemática do aparelho formal em “O aparelho formal da enunciação”

Para a segunda problemática, a do aparelho formal da enunciação, selecionei o artigo de mesmo título. Por ser esse texto mais frequentemente lido por nós, dispensei um movimento de síntese.

Nesse texto, Benveniste também não emprega o termo *não pessoa*. Porém, sua noção parece ser evocada em alguns momentos do artigo: ao tratar da referência, ao tratar de entidades-signos com “estatuto pleno e permanente”, dentre outros. Falemos brevemente desses dois pontos.

Após tratar das “condições iniciais que regem o mecanismo de referência no processo de enunciação”, Benveniste (2006) aborda, ao longo das páginas 84 e 85, os índices específicos (pessoa, espaço, tempo), para, na página 86, pontuar que a enunciação “promove literalmente à existência” certas classes de signos, entidades que “não existem senão na rede de ‘indivíduos’ que a enunciação cria e em relação ao ‘aqui-agora’ do locutor”. Os exemplos são: “eu, aquele, amanhã”. Tais entidades se distinguiriam daquelas “que têm na língua seu estatuto pleno e permanente”.

Se o emprego da língua é “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (BENVENISTE, 2006, p. 82), poderíamos nos perguntar de que modo ainda faria sentido a necessidade de distinção assinalada por Benveniste (2006, p. 84): a de que seria “preciso então distinguir as entidades que têm na língua seu estatuto pleno e permanente e aquelas que, emanando da enunciação, não existem senão na rede de ‘indivíduos’ que a enunciação cria e em relação ao aqui-agora da enunciação”.

Esse trecho evoca, sem dúvida, a discussão presente em “A natureza dos pronomes”, em que Benveniste (2005, p. 282) situa que “Há enunciados de discurso que, a despeito da sua natureza individual, escapam à condição de pessoa, isto é, remetem não a eles mesmos mas a uma situação ‘objetiva’. É o domínio daquilo a que chamamos a terceira pessoa”. Está aí implicada a reflexão sobre *sui*-referência (autorreferência) e referência.

Embora essa reflexão possa ser aqui evocada, não há uma simples transposição do que é dito no artigo de 1956 para o de 1970, assim como não há uma transposição do que Benveniste afirma em 1965 antes retomado. Aqui, a problemática é outra: está em questão a discussão do quadro formal de realização da enunciação e, evidentemente, tudo o que está relacionado ao “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82). Logo, o que se destaca é justamente o fato de que o *eu*, na relação com o *tu* e o *ele*, sujeita toda a língua a sua apropriação. Isso, no entanto, não significa que todos os enunciados sejam formalmente construídos com a categoria de pessoa, o que também não extirpa do enunciado a sua “natureza individual”.

Como, então, ainda haveria, de um lado, entidades com estatuto pleno e, de outro lado, outras que emanariam da enunciação? Valendo-me de um termo que Ono (2007) emprega para falar da visão de Benveniste sobre a performatividade, eu diria que há aqui uma visão *ambivalente* em relação ao estatuto das entidades na enunciação, na medida em que a enunciação comportaria esses dois mundos – o ligado à categoria de pessoa e o ligado à de não pessoa

–, que se entrelaçam ao mecanismo da referência e da *sui-referência*. A consideração dessa *ambivalência*, desse algo aparentemente oposto, mas copresente, implica pensarmos, no caso do presente trabalho, a respeito dos contornos que a categoria de não pessoa receberia aqui.

Se, no texto de 1965, esses contornos envolviam a consideração da não pessoa quanto às suas relações sintagmáticas, no texto de 1970, os contornos parecem envolver seu funcionamento quanto ao mecanismo de referência. Ter um estatuto pleno e permanente na língua requer, ao mesmo tempo, ter suas relações de significação inscritas na língua, considerando inclusive suas possíveis relações sintagmáticas (é o que Benveniste faz no artigo de 1965), e ter necessidade de atualização dessas formas no discurso, já que, “Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua” (BENVENISTE, 2006, p. 83). Os traços para a instauração da referência, embora inscritos em potencial na língua, estão na dependência da conversão da língua em discurso pelo locutor, quer dizer, na dependência da enunciação. Essa ambivalência em relação ao estatuto das entidades na enunciação repercute nos contornos da noção de *não pessoa*, contornos que vão se especificando na relação com a problemática em pauta.

E o que podemos, por ora, concluir do percurso aqui traçado?

4. Conclusão

A hipótese que guiou este trabalho foi a de que os *contornos da noção de não pessoa são modificados conforme também se modificam as problemáticas da reflexão de Benveniste*. Parti da consideração da existência de definições explícitas para essa categoria nos textos do linguista e da tendência a visualizar certa estabilidade nocional a partir da concepção geral de que a terceira pessoa é, justamente, o membro não marcado da correlação de pessoa, sendo compreendida como não pessoa (não apresentando unicidade, inversibilidade, ou seja, tudo aquilo que caracteriza a categoria de pessoa).

Porém, percorrendo apenas dois artigos do linguista, é perceptível que são constituídas camadas nocionais vinculadas, cada uma, a problemáticas específicas, o que, de algum modo, mostra-nos que os contornos da noção de não pessoa vão sendo modificados, sim, conforme as problemáticas também são modificadas.

Na análise intralinguística (problemática do primeiro texto), os contornos da noção de *não pessoa* consideram seu comportamento sintático, suas capacidades combinatórias, quer dizer, suas relações sintagmáticas em termos

de *função e distribuição* na comparação com a 1ª e a 2ª pessoas, o que leva a pensar sobre seu *estatuto*. Na enunciação (problemática do segundo texto), os contornos da noção de *não pessoa* consideram seu comportamento referencial, suas relações com a necessária conversão da língua em discurso pelo locutor.

E assim certamente seguiríamos, investigando outros textos, outras problemáticas, explorando a espessura nocional da categoria de pessoa.

O que isso pode acrescentar ao tanto que já se discutiu sobre a não pessoa?

Este estudo teórico-conceitual evidencia a amplitude da reflexão de Benveniste sobre a linguagem, as línguas e a língua, neste caso, sob o recorte da não pessoa. O percurso em dois textos, com duas problemáticas distintas, mostra que a não pessoa é, de fato, uma categoria da linguagem que se realiza particularmente nas línguas diversas. Seus contornos estão atrelados não só a essas línguas (o que fica evidente quando se analisa a distribuição da 3ª pessoa no francês, de modo específico, por exemplo), mas também à linguagem (o que fica evidente quando se analisam sua função e seu estatuto, de modo geral). As constatações a que chega Benveniste lhe permitem explicar o funcionamento da língua. De modo transversal a essas constatações, está em questão a problemática em si.

Assim, somos conduzidos a pensar, prospectivamente, a partir de Benveniste, nas implicações da categoria de não pessoa para análises de distintos fenômenos de linguagem. O que se analisa quando se teoriza e se analisa a não pessoa a partir de diferentes problemáticas? Que contornos da noção de *não pessoa* estão sendo mobilizados e deslocados para os estudos analíticos? Que essas questões finais sejam um convite ao diálogo entre os que se interessam pela teorização benvenistiana.

Referências

- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. 5.ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- BRESSAN, N. T. W. *A tríade enunciativa: um estudo sobre a não pessoa na teoria de Émile Benveniste*. 2003. 118 f. Dissertação (Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- FLORES, V. do N. *et al. Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.

FLORES, V. do N. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

FLORES, V. do N. *Problemas gerais de linguística*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

ONO, A. *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

WEIGERT, N. T. O lugar epistemológico da não pessoa no quadro teórico da enunciação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 197-207, dez. 2004.